

Homossexualismo ou homossexualidade? O conceito entre a doença, a compreensão cultural e a aceitação de si

*Homosexuality or homosexuality?
The concept between the disease, cultural understanding and self-acceptance*

Paulo Souto Maior 

Doutor em História
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
paulosoutom@gmail.com

Resumo

Neste texto, analiso o conceito de homossexualismo e homossexualidade, usando uma nomenclatura presente nas fontes estudadas, notadamente a partir dos anos 1960, quando passa a ganhar sentidos além da Medicina, sobretudo com uma leitura de cunho mais social. Sustento que, a partir da década de 1970, a elaboração e o uso do conceito por parte dos homossexuais foram importantes para promover uma aceitação de si, movimento que levou à construção de uma identidade homossexual no Brasil.

Palavras-chave: Homossexualidades; Sexualidades; Identidade.

Abstract

In this text, I analyze the concept of homosexuality and homosexuality, using a nomenclature present in the sources studied, notably from the 1960s onwards, when it began to gain meanings beyond Medicine, especially with a more social reading. I maintain that, from the 1970s onwards, the elaboration and use of the concept by homosexuals were important to promote self-acceptance, a movement that led to the construction of a homosexual identity in Brazil.

Keywords: Homosexualities; Sexualities; Identity.



<https://doi.org/10.28998/rchv16n31.2025.0002>

Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0

Submetido em: 20/09/2024

Aceito em: 23/05/2025

Publicado: 10/07/2025

Introdução

Tem crescido, nas redes sociais, o uso da sigla LGBTQIA+, referindo-se, respectivamente, a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersex e assexuais. No dia 27 de junho de 2020, o Jornal de Brasília, na versão digital, trouxe a matéria “Dia do orgulho LGBTQIA+: *‘data é para protesto e visibilidade’*”, diz Ariadne Ribeiro, da Unaiads”, escrita por Evellyn Luchetta e Geovanna Bispo (2020). No texto, somos apresentados a algumas razões para o orgulho da comunidade LGBTQIA+, explica-se a rebelião ocorrida no bar Stonewall Inn de 1968, em Nova York – quando homossexuais se rebelaram contra as frequentes batidas policiais –, que deu origem à comemoração do dia 28 de junho, delineiam-se especificidades do preconceito que atinge travestis, mas nada é dito sobre a sigla, até então recente, tampouco se traduzem as suas letras.

Várias outras notícias têm usado a sigla em reportagens e artigos. Tamanha visibilidade do termo levou a *drag queen* e youtuber Rita von Hunty (2018) a produzir um vídeo sobre a sigla em seu canal, “Tempero Drag”. No vídeo, postado em 20 de novembro de 2018, ela explica que a sigla LGBTQIA+ nem sempre existiu. Nos anos 1990, alerta, usava-se GLS (gays, lésbicas e simpatizantes); nos anos 2000, passou-se a ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis). Ela destaca que uma das mudanças importantes consistiu em começar com a letra “L”, sem explicar o porquê e como isso ocorreu.

O vídeo, que no momento em que escrevo conta com 192.144 visualizações, destaca que a adição dos termos foi necessária para incorporar outras sexualidades. A sigla, hoje, une gênero, ao se referir às travestis, transexuais e aos transgêneros, e sexualidade, fazendo pensar o pertencimento de pessoas que não se identificam com padrões binários de gênero, além das que são consideradas intersex e das autointituladas assexuais.

Pouco tem se falado sobre o conceito homossexual. Ele não aparece no vídeo de Rita von Hunty, por exemplo. O seu uso acabou associado à medicalização e à criminalização/marginalização do desejo, portanto, entre as áreas da saúde e policial/jurídica. Para modificar essas associações, recorreu-se a outros termos, a exemplo do gay. Não é por acaso que a sigla GLS dos anos 1990 não apresenta a letra “h” de homossexual.

Esse termo, porém, permeou a classificação e a autoclassificação de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo no século XX, sobretudo na sua segunda metade, considerando a experiência brasileira. Penso e defendo neste texto que, nos anos 1970, ele deixou de ser um termo utilizado para designar uma espécie, um doente, e foi positivado por

meio de dois movimentos: da compreensão do conceito por parte de homossexuais e da autoafirmação do termo como identidade, o equivalente a uma aceitação de si como homossexual.

Para discutir essa proposição, sigo três caminhos. O primeiro deles é situar os termos usados na primeira metade do século XX no Brasil para se referir àqueles que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, considerando quem usava tais termos e quais as finalidades. No segundo, analiso como, nos anos 1960, esse termo passa a ser tensionado entre a medicina e as humanidades, ambas reclamando uma análise mais social da questão. Por fim, segundo um conjunto de fontes, busco compreender a tentativa operada por alguns segmentos da sociedade brasileira, a exemplo da imprensa voltada ao público homossexual, para positivar o conceito de homossexual, levando a uma aceitação de si como praticante desse desejo.

Cabe alertar que, nas fontes analisadas, o termo aparece constantemente como homossexualismo, às vezes homossexualidade. Quando estiver me referindo ao conteúdo das fontes, usarei o termo tal qual aparece, mas, para fins de análise historiográfica, considerarei o segundo termo.

Pederastas, bichas, viados e frescos

Parte do que se escreveu sobre as homossexualidades na primeira metade do século XX é de autoria de criminologistas, médicos e juristas. Destaco aqui o modo como o médico criminologista Leonídio Ribeiro, no Rio de Janeiro dos anos 1930, refere-se a um rapaz identificado como H.O., que foi preso por prática homossexual.

Leonídio menciona o desejo de H.O. como uma doença; o rapaz faria parte de um grupo de indivíduos conscientes de sua “inversão”: “A vida humilhante com que a moral social marca esses indivíduos... É anulada por essa consciência profunda da normalidade e até da excelência dos seus desvios” (Green, 2000, p. 124). Pelo visto, H.O. fazia parte de um grupo de pessoas que não sucumbiam às afirmações da medicina sobre sua vida, marcando uma resistência ao não se compreender como anormal.

Na década de 1930, os termos “viado”, “fresco” e “puto” eram atribuídos a homens que transavam com outros homens. Na realidade, o termo “viado”, que vem do animal veado, já circulava na linguagem popular brasileira na década anterior para se referir a homens efeminados que praticavam sexo com outros homens. A esses termos de uso pejorativo houve

também “vinte e quatro”, em referência ao animal 24, no jogo do bicho, o veado, designando uma pessoa homossexual.

O termo “bicha”, ainda hoje muito usado, também circulava no mesmo momento. Um estudo dirigido pelo Dr. Edmur de Aguiar, em 1939, em São Paulo, apresenta gírias e expressões usadas por homens jovens, dentre as quais: “Bicha foi definido como pederasta passivo. Bicha sucesso significava um pederasta passivo que leva uma boa vida. Bicha bacana referia-se a um pederasta com uma boa conta bancária” (Green, 2000, p. 140).

Além disso, já no começo do século XX, circulava, para se reportar à homossexualidade, o termo pederasta, que era usado, sobretudo, por profissionais de saúde, relacionando-o à prostituição. Foi o caso do médico José Ricardo Pires de Almeida (1906), que o via como congênito ou resultado de educação imprópria. Falar da homossexualidade significava falar de um “desvio” que deveria ser curado e tratado, inclusive com tratamento de choque, como se deu na década de 1930.

A relação entre a medicina e o conceito de homossexualidade merece ser mais bem detalhada. Estava em jogo retirar a prática do domínio do pecado e do crime. O homossexualismo seria explicado por más formações orgânicas. Nas palavras de Luis Coelho Ferla (2005, p. 274-275), o “homossexual se apresentava como ‘o anormal’ biológico por excelência, já que seu comportamento ‘antisocial’ não dependeria da sua vontade, mas de imposição de origem orgânica”.

A questão homossexual se torna recorrente nas revistas de medicina legal e criminologia. Os médicos tentavam explicar a homossexualidade se valendo da psicanálise de Freud ou das teorias do médico espanhol Gregório Marañón, que privilegiava as questões hormonais (Ferla, 2005, p. 274-275).

Em meio a essa disputa de considerar os homossexuais criminosos ou enfermos, a vida dos homossexuais pertencentes às camadas mais pobres, grupo considerado anormal, era marcada por vigilância e perseguição policial.

A todas essas designações, o termo invertido foi costumeiramente usado na medicina, sobretudo legal, dos anos 1930. Parece ter sido esse o campo de conhecimento que funda uma discussão científica sobre a homossexualidade no Brasil. Segundo Carlos Alberto Messeder Pereira (1994), ao analisar a literatura médica daquele momento, os autores estavam determinados a transpor a homossexualidade do campo religioso e do Direito, e levá-la para a área médica, que a via como um desvio com possibilidades de cura. Portanto, não mais um

crime a ser punido, mas uma questão ligada à saúde, à normalidade e ao funcionamento do organismo.

À época, o sistema de hierarquias de gênero era rígido, conforme mostra James Green. Era comum que homossexuais considerados passivos assumissem um comportamento considerado tipicamente feminino. Estava imbuída a ideia, com exceções, de que relacionamento entre homens só poderia ocorrer se um deles desempenhasse o papel ativo e o outro o papel passivo no ato sexual. O termo usado com mais frequência para se referir ao desejo sexual entre pessoas do mesmo sexo era “pederasta”, conforme mencionado anteriormente.

Para perceber um pouco desse debate, vejamos o que o médico e romancista Afrânio Peixoto (1876-1947) escreveu no prefácio que fez ao livro *A inversão dos sexos*, escrito por Estácio de Lima e lançado em 1935, referindo-se à homossexualidade:

Não é um pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma mal formação interna, a diagnosticar, reconhecer e obviar ou corrigir. Não religião ou direito, que nada têm que fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez, para repor o homem desviado, a mulher pervertida, na saúde normal (*apud* Pereira, 1994, p. 92-93).

Não se tratava apenas de uma disputa entre áreas para controlar o que seria e como compreender a homossexualidade. Estava em jogo a constituição de sentidos para uma palavra, homossexualismo, que teria o potencial de caracterizar indivíduos, dizer o que são, quem são, como identificá-los, transformando-os em sujeitos. Se o que se é do ponto de vista da identidade está ancorado nos preceitos da medicina, é possível preterir a cura ou a correção do desvio.

Significar o conceito de homossexualidade como libertinagem em oposição aos costumes e a moral era uma ideia já presente no trabalho *Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões do instinto genital*, do médico Pires de Almeida, de 1906. Ele diferencia invertido de pervertido. Os primeiros eram aqueles que “sofriam do mau” de se relacionar com pessoas do mesmo sexo, já teriam nascido com a homossexualidade, não apresentando traços de heterossexualidade. Diferenciava-se do segundo, o pervertido, que tinha a prática “normal”, mas se tornara invertido.

De todo modo, o uso do termo homossexual era recente no Ocidente, uma vez que passou a circular no século XIX para designar, segundo Michel Foucault (2015):

um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é uma morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é no fim escapa à sua sexualidade [...] A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (p. 47-48).

Até o século XVII, o que dizia respeito a práticas sexuais estava circunscrito ao direito canônico, à pastoral cristã e à lei civil. O sodomita era, até então, um sujeito judiciário. No século XIX, os homossexuais se tornaram objetos de estudo da medicina: seriam estudados, cartografados e teriam características e especificidades inventadas para lhes caracterizar.

Tal fato não significa dizer que o termo homossexualismo, recém-criado, perdesse repentinamente sua ligação com a legalidade. Embora a perseguição a homossexuais tenha se intensificado no século XVIII, acentuou-se nos oitocentos. Na Inglaterra, por exemplo, houve diversos casos de processos de condenação por sodomia. Neste país, até 1830, homens ingleses eram constantemente executados pelo crime de sodomia (Dabhoiwala, 2013).

Da compreensão (ainda) patológica à compreensão social

A circulação de um livro publicado por volta de 1962 indica as designações e os saberes relacionados a pessoas que desejavam outras do mesmo sexo. Luiz Angelo Dourado rascunhava seu livro no fim da década de 1950, ao qual chamou *Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência*. Em 1967, contava com a segunda edição pela Jorge Zahar.

Já no prefácio, Inaldo de Lyra Neves-Manta (1903-2000), médico e presidente da Academia Nacional de Medicina, ressalta os proeminentes valores da pesquisa, desenvolvida “em contatos psicológicos com esses estranhos seres, não bem compreendidos pela totalidade dos homens” (1967, p. 10). Na obra encontram-se alguns estudos de casos de delinquência entre homossexuais. A pesquisa de campo foi realizada na seção de Biopsicologia, no Presídio do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro. No prefácio, o autor faz associações entre o criminoso e o neurótico homossexual, que tinham na instabilidade emocional e na agressividade pontos em comum.

Uma das propostas foi, também, apresentar quem era e de onde vinha esse enigmático sujeito chamado “homossexual”. Dourado recorreu a uma série de teóricos e não poupou esforços em classificá-lo. Por meio da divisão dos homossexuais, estudou comportamentos de “conduta homossexual masculina psicologicamente condicionados” (Dourado, 1967, p. 43).

Primeiro, diz o autor, há homens com dificuldade de relacionamento com o público feminino desde a infância, que “revelam sua anormalidade exclusivamente por preferirem indivíduos do mesmo sexo em seus contatos sexuais”. Suas características físicas e psicológicas são masculinas; são considerados, portanto, “pederastas ativos”, chamados na pesquisa de “bissexuais com predominância homossexual”. O segundo é formado por aqueles que têm o corpo masculino, mas pensam e agem como mulher, exibindo “conduta passiva” no ato sexual: “A inversão psicológica tem raízes profundas e corresponde à verdadeira necessidade emocional, daí o comportamento sexual patológico ser obrigatório, compulsivo” (Dourado, 1967). Esse grupo apresentaria a “verdadeira neurose homossexual”, chamada de homossexualidade absoluta. Por sua vez, o terceiro tipo é o “bissexual indiferente”, que “tanto pode praticar a pederastia ativa como o coito normal com o sexo oposto” (Dourado, 1967).

Esboça-se, nessa classificação, um retrato da situação enfrentada pelos homossexuais no Brasil em meados do século XX. Pensar esse desejo naquele momento era apresentar de quem se tratava, usando, para isso, um conceito que ainda aparece para designar uma pessoa doente.

Havia tratamento para o homossexualismo. Bons resultados podem ser obtidos “quanto mais leve for o distúrbio” e mais cedo iniciar a terapêutica. Uma vez que o “homossexualismo” resultaria da reação de desajustamento ao longo da vida, seriam possíveis práticas de prevenção e profilaxia. Para os interessados em se curar “terão na Psicanálise possibilidades de ajustamento sexual e de reeducação dos sintomas neuróticos” (Dourado, 1967, p. 204).

O homossexualismo poderia ser tratado com uma boa educação, uma relação familiar saudável e harmoniosa conjugada à influência do meio. Para Dourado, a sociedade não deve condenar os homossexuais que, considerando-se normais, preferem não se submeter a tratamento, mas esses casos podem ser controlados “na profilaxia do homossexualismo encetado desde a infância” (Dourado, 1967, p. 204). Ao mencionar que alguns homossexuais se consideram normais e que não devem ser condenados, um argumento certamente pouco comum para a época, Dourado abre uma possibilidade para repensar os sujeitos incluídos no conceito não necessariamente como doentes, apesar do seu argumento não se sustentar diante das possibilidades de cura que propõe na obra.

Conforme mostramos anteriormente, as palavras “solução”, “problema” e “profilaxia” foram frequentes no discurso médico sobre as homossexualidades na primeira metade do século

XX. Nos anos 1930, certo distúrbio orgânico explicaria o comportamento “antissocial” do anormal (Ferla, 2005). Tais palavras ajudam a legitimar o lugar de autoridade que esses profissionais buscavam para tratar de um “problema” que começava a aparecer na grande mídia: a homossexualidade.

Diante das dificuldades que atravessavam ou a atravessar (postulava-se que um cenário negativo esperava por esses sujeitos no futuro) a vida dos homossexuais, restaria uma alternativa dada à guisa da conclusão: é possível curá-los. Dito de outra forma, o conceito de homossexual ainda diz respeito a uma irregularidade; o livro fala de uma doença cujos pacientes podem ser alocados em taxionomias, atribuindo lugares de enquadramento para os homossexuais. Nesse cenário, quando os homossexuais tomavam o espaço público eram tratados como doentes.

Na década de 1970, quando os efeitos da Revolução Sexual chegaram ao Brasil, se desenharam novos saberes e conceitos para que os indivíduos se reconhecessem em algumas identidades. O corpo tomou o tom e foi um firme personagem de um conjunto de mudanças instauradas a partir daquele momento¹. Pílula do dia seguinte, instituição do divórcio em 1977, emergência de movimentos sociais, feminista, negro, operário e homossexual, cada qual com as suas especificidades e disputas internas, puseram em cena rupturas com a maneira de ser/estar, perceber-se e identificar-se como sujeito. Páginas de livros, jornais, revistas e acontecimentos como a contracultura nos anos 1960, por exemplo, possibilitaram a emergência de rupturas discursivas relacionadas ao que se entendia por homossexualidade.

Livros sobre sexualidade invadiam as estantes de livrarias brasileiras. Muitos deles eram traduzidos do inglês, outros oriundos de pesquisa de autores brasileiros. Um deles foi *O comportamento sexual do brasileiro*, escrito por Dêlcio Monteiro de Lima, em 1976, e que, no ano seguinte, estava na segunda edição. A obra parte de uma inquietação em falar das sexualidades longe de uma perspectiva pornográfica ou apenas médica. A meta era atingir o grande público, funcionando como “uma bússola de orientação para os problemas pessoais; algo que contribuísse para uma reflexão positiva à derrubada de preconceitos e tabus, mas que não pretendesse, no entanto, se construir enquanto roteiro para a felicidade de ninguém, embora tivesse cunho didático” (Lima, 1977, p. 7).

¹Para compreender como a discussão sobre o corpo foi importante para as feministas brasileiras naquele momento, sugiro: RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismo, escritas de si e invenções da subjetividade*. Campinas: EdUNICAMP, 2013.

A pesquisa que resultou no livro contou com um inquérito respondido por 783 profissionais, dentre os/as quais ginecologistas, urologistas, proctologistas, sexologistas, psicólogos/as clínicos/as, psiquiatras e psicanalistas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Salvador. A opinião desses/as profissionais, a maioria ligada à área da saúde, faz um apanhado de critérios para a classificação das sexualidades. Esses profissionais dedicavam cada vez mais tempo ao estudo da sexologia no Brasil, que se especializavam na área e criavam clínicas focadas na questão. O autor destaca que, em algumas capitais, os guias telefônicos traziam propagandas de “pronto-socorro do sexo” e “urgências sexuais”.

A leitura de Dêlcio de Lima procurava compreender o homossexualismo de maneira cultural, embora use o termo com o sufixo -ismo, indicativo de doença, comum à época – apenas em 1985, o Conselho Brasileiro de Psicologia retirou a homossexualidade da categoria de doença. Além disso, pontua que os homossexuais masculinos seriam divididos em “homossexual” e “bicha”. “O primeiro refere-se aquele que, sendo homossexual, não assume nenhuma forma relevante de conduta que possa definir a sua condição sexual”, explica Dêlcio. A bicha teria uma “representação caricatural do comportamento feminino, da expansividade excessiva e artificial, da afetação” (Lima, 1977, p. 37). Os especialistas brasileiros que ditam a forma de compreender a questão, no caso “urologistas, ginecologistas e proctologistas”, preferem usar o termo homossexualismo para homens e mulheres.

O autor sustentou a sua tese associando os homossexuais a outros grupos do cotidiano urbano, a exemplo de usuários de maconha, hippies e ativistas. No seu argumento, cada homossexual seria único em sua existência e não careceria de uma classificação homogeneizante.

A reunião de depoimentos apresentados mostra o efeito documentário da obra. Dêlcio reúne opiniões, dá lugar de fala a diferentes profissionais, convida-os a apresentar sua visão a partir do referencial profissional e de poder que ocupavam frente ao tema. Tal apanhado mostra o grau de abrangência da questão, a dificuldade de abordá-la e a necessidade urgente de discuti-la diante do quadro de modificações culturais que se desenhava.

Dêlcio de Lima separou um capítulo para as homossexualidades. O texto partia de depoimentos de proctologistas, psiquiatras e sociólogos organizados em 14 tópicos: Perspectiva social; Fases de incidência; Ascensão e declínio; O revezamento da preferência; Oscilações

comportamentais; Generalização da prática; O fim dos ativos; Os melhores informantes; Tudo às claras; Ângulos desconhecidos; Restrições sociais; Sem perseguições; Situação transexual; Sexo grupal.

O autor não explica o que entende por homossexualismo; o objetivo do seu capítulo é conferir inteligibilidade à prática homossexual, destrinchá-la, conhecê-la, fazê-la falar não pelos homossexuais, mas por um grupo que ainda detinha o direito de falar por eles. Não mera classificação, portanto. Digno de atenção, um dos resultados da pesquisa revelou que “para quase oito centenas de especialistas [...] há o consenso de que o homossexualismo experimenta, realmente, um processo de crescimento entre os brasileiros” (Lima, 1977, p. 152). Noventa e oito por cento dos pesquisados responderam afirmativamente que a “pederastia” estava aumentando; outros 93% disseram o mesmo com relação ao “lesbianismo”.

Na transição dos anos 1960-70 a explicação predominante das homossexualidades baseava-se na psicanálise freudiana; argumentos biológicos foram cedendo espaço a fatores culturais e sociais. A “explicação pela endocrinologia começava a ser colocada em xeque e alguns médicos já criticavam a sua veracidade”, sustenta Jackson Ronie Sá da Silva (2012, p. 153), que mapeou, em seu trabalho, obras que abordaram as homossexualidades na medicina, na educação e na psicologia, mostrando o papel que a educação – função especialmente de pais/responsáveis e professores – tinha no desenvolvimento psicológico da criança. Se a tarefa fosse bem executada, a heterossexualidade estava garantida.

No momento em que esse conceito é atravessado por uma leitura mais social, chama atenção a circulação do termo “homossexualidade assumida” que difere, portanto, daquela vivida no gueto. Segundo o psiquiatra Alair Coutinho, de Salvador, o fenômeno de maior visibilidade de homossexuais assumidos se dava também por uma modificação nos conceitos relacionados à prática; sofreu “cientificamente modificações consideráveis, sob os aspectos diagnóstico, classificativo, terapêutico e social” (Silva, 2012, p. 150, grifos nossos).

Comum é a posição de outros médicos de que homossexuais passavam a se assumir e não tinham mais o receio de outrora em falar do seu desejo. O urologista Octávio Moreira Xavier, de Belo Horizonte, atuando há 32 anos na área, relata o cuidado ao atender pacientes homossexuais, deixando-os à vontade para contarem as suas histórias. Porém, observa uma mudança: “Admitiam, então, que eram homossexuais, porém com muito constrangimento [...]. Hoje em dia, a timidez dos homossexuais vem desaparecendo, não só nos consultórios e nos hospitais, mas, principalmente, no seu próprio ambiente social” (Silva, 2012, p. 150). João

Mariano Machado, urologista de Brasília, aponta no mesmo sentido: “Há 10 ou 15 anos atrás (sic), o número de pederastas conhecidos ou declarados era virtualmente insignificante, ao contrário de hoje” (Silva, 2012, p. 150).

Na pesquisa de Delcio aparecem com maior frequência opiniões de médicos, profissionais comumente autorizados a falar da prática na primeira metade do século XX, mas há um esforço em formular uma explicação atravessada pelas perspectivas cultural e social.

Em paralelo, ao longo dos anos 1970, ensaia-se uma modificação no que se entende sobre o conceito de homossexualidade e quem é autorizado a falar sobre ele. Em vez de uma doença, passa-se a falar de um comportamento social. Mesmo que a autoridade sobre o assunto ainda seja dos médicos, já há sociólogos que estudando o tema, participaram da pesquisa de Dêlcio de Lima, bem como apresentaram estudos nas universidades.

Em 1977, por exemplo, Carmem Dora Guimarães defendia a sua dissertação “O homossexual visto por entendidos” no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho é um dos primeiros sobre a temática defendido no Brasil e realiza uma etnografia com catorze indivíduos autoidentificados como homossexuais, migrantes de Minas Gerais para a capital carioca no começo da década de 1970 e com faixa etária em torno de 28 a 32 anos. A pesquisa reflete as relações desses homens com outros sujeitos, com os familiares, os locais de sociabilidade, além do processo de constituição e de identificação do indivíduo como homossexual, quando se aceita pertencente ao conceito, o que geralmente se dá na adolescência, após episódios de agressões verbais (Guimarães, 2004). Em 1979, a editora Achiamé, do Rio de Janeiro, publicava *O estigma do homossexual passivo*, de Michel Misse (2007). Trata-se de um livro pequeno, escrito em 1974, para uma disciplina da Graduação em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que se baseia em uma pesquisa de campo em que o autor realiza perguntas, a exemplo de: “você é passivo?”, e, em seguida, “você é passivo sexualmente?”. Há o questionamento não apenas da identidade homossexual, mas de uma categoria já naquele momento excluída dentro da homossexualidade: a de ser passivo. O passivo, percebe o autor, seria comumente visto de modo semelhante à mulher, teria por função na relação apenas servir ao seu parceiro.

Em meados da década de 1970, a temática homossexual ganha uma visibilidade até então inédita na grande mídia. Em agosto de 1977, aparecia na Revista Veja uma reportagem

intitulada “Um gay power à brasileira” (Revista Veja *in Green*; Polito, 2006), que divulgava informações sobre o movimento gay nos Estados Unidos. Em dezembro do mesmo ano, a revista Istoé traz na capa a manchete “O poder homossexual” (Revista Istoé *in Green*; Polito, 2006), apresentando informações sobre hábitos dos homossexuais de maneira preconceituosa. Em paralelo, homossexuais passam a tomar a palavra dando voz aos seus sentimentos, demandas e expondo o modo como compreendem a si próprios.

A elaboração do conceito como aceitação de si

Em 1963 surge O Snob², uma publicação produzida e endereçada ao público gay carioca e que pode ser lida como uma forma de resistência aos discursos ainda patologizantes sobre as homossexualidades. O periódico foi fundado por Agildo Guimarães, um migrante que deixou a cidade de Recife para morar no Rio de Janeiro, ainda na década de 1950. O jornal era uma produção caseira e distribuída entre homossexuais cariocas. Com matérias sobre concursos de misses, fofocas do meio homossexual, comentários sobre festas, dicas de beleza (Costa, 2010), O Snob cessou as atividades em 1969, pouco depois do cerco à imprensa promovido pelo AI-5.

Nas páginas do O Snob, as homossexualidades obedeciam ao modelo bicha-bofe (Green, 2000). Nessa dicotomia, o bofe não atendia à classificação homossexual, uma vez que tinha namorada em relacionamentos heterossexuais e, ocasionalmente, se dedicava a aventuras com a bicha. Portanto, o bofe era o homem, o masculino e o ativo da relação. À bicha cabia o papel feminino e passivo no ato sexual.

Chama atenção, no O Snob, a presença da palavra “gay”, bem como do termo homossexual. Aliás, o termo “gay” curiosamente aparece no jornal Gay Society, publicação que teria circulado em Salvador, em 1967. Em 1970, editava-se na mesma cidade outras publicações destinadas ao público gay, como é o caso de O Tiraninho e Little Darling; no Rio, Flor do Mal e Presença, em 1971 (Soliva, 2012).

Embora não tenhamos tido acesso às referidas publicações, pode-se presumir que colocavam em pauta uma disputa sobre quem fala e o que fala para pessoas homossexuais. Timidamente, a julgar pelo O Snob, homossexuais passavam a escrever a si mesmos, dando voz a um mundo particular e que ganhava registro na experiência pessoal. Tomar a palavra pode

²A pesquisa não conseguiu acessar a fonte, mas, através de alguns trabalhos, como o de Green (2000), pressupõe-se que havia uma disputa entre quem fala e o que se fala para as pessoas homossexuais.

ter sido um movimento fundamental protagonizado por essas publicações e que deixara brecha para eventos mais emblemáticos, a exemplo da fundação, em 1978, do jornal *Lampião da Esquina* e do grupo *Somos*, em São Paulo.

De igual maneira, o tema das homossexualidades passava a aparecer na grande imprensa, como foi o caso de uma matéria da revista “*Manchete*”, na qual, para a maioria dos entrevistados, uma pessoa homossexual deveria ser levada ao médico. Em “Uma pesquisa *Manchete/Ibope*, no Rio e em São Paulo, e uma pergunta: ‘Homossexualismo?’” (Revista *Manchete*, 1975), é feita uma discussão a respeito das homossexualidades, notadamente a partir dos escritos de Freud, bem como de Judd Marmor, professor de Psiquiatria da Universidade da Califórnia, que organizou o livro *A inversão sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade*, traduzido no Brasil pela editora Imago, em 1973. Marmor questiona: “o que queremos dizer exatamente quando falamos de homossexualidade? Trata-se de uma perturbação mental ou de uma forma de comportamento?”. Os repórteres não passaram incólumes a tais questionamentos: “O mundo científico ainda não chegou a uma conclusão unânime sobre o que é a homossexualidade”. Vê-se como o uso do singular aponta para um conceito estático, firme, único, reforçado pelo artigo definido na estrutura da oração.

Parece, entretanto, que o fato de a revista abordar o tema homossexualidade tenha sido em razão de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), com cerca de duzentas pessoas nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. Ao fim da matéria, são apresentados alguns dados do estudo:

94% dos entrevistados que têm filhos(as) com mais de 15 anos procurariam conversar com eles(as), caso suspeitassem um dia que são homossexuais; 88% dos pais procurariam levar os filhos a abandonarem o homossexualismo, se descobrissem que eles o estivessem praticando, contra 11% que não tomariam aquela atitude; 85% dos pais levariam o filho ao médico [...], 28% aceitariam uma pessoa homossexual integralmente como ela fosse, 26% a aceitariam como amiga mas não a receberiam em casa, 20% procurariam afastar-se dela e 14% não conseguiriam ficar à vontade diante dela mesmo que se esforçassem para isso, 55% não empregariam homossexuais em suas empresas (Revista *Manchete*, 1975).

Tão importante quanto os números divulgados é o fato de a Revista *Manchete* ter aberto relevante espaço para o tema. Foram seis páginas sobre o assunto em uma das mais prestigiadas e lidas revistas nacionais, em 1975. Além disso, embora ainda busque explicar as homossexualidades em possíveis causas biológicas e destaque altos índices de rejeição aos

homossexuais por parte de cariocas e paulistas, 28% – ou seja, quase $\frac{1}{3}$ dos entrevistados – disseram que “aceitariam uma pessoa homossexual integralmente como ela fosse e um número semelhante, 26%, a aceitariam como amiga, embora não se dispusessem a recebê-la em casa”. Se considerarmos válido um argumento de Délcio Monteiro de Lima, em seu livro anteriormente mencionado, durante as décadas de 1950-60 nenhum cidadão manifestaria em quaisquer pesquisas aprovação à homossexualidade (Lima, 1983, p. 71).

Dentre os entrevistados, 79% consideravam a homossexualidade uma doença, o que parece ser reafirmado na reportagem ao trazer endocrinologistas com explicações biológicas para o desejo. O psiquiatra Mauricio Schueller Reis, do Rio de Janeiro, acreditava e defendia a heterossexualização do homossexual. Nas suas palavras, pessoas autodestrutivas. Para contrapor o seu argumento, a revista trouxe a opinião de Aguinaldo Silva, para ele “os homossexuais não deviam buscar a cura, e sim se assumir”. Aqui, o “assumir” é uma alternativa à negação da homossexualidade, difícil, segundo os números da pesquisa, de se efetivar, pois 53% dos consultados “acham que o homossexual deve ocultar o seu homossexualismo”. Trazer a público o desejo já era uma das questões colocadas quando se tratava de falar dos homossexuais.

Essa reportagem possivelmente veio à tona devido ao aumento de locais de sociabilidades, inclusive bares e boates, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A cena cultural do início dos anos 1970 em algumas capitais foi marcada também por androginia e travestismos, vestir-se com acessórios culturalmente associados ao gênero oposto. O cantor Ney Matogrosso integrava um grupo musical chamado “Secos e Molhados”, que mesclava, para surpresa do público, peitoral peludo com maquiagem e roupa feminina. Nas experiências tidas na época como andróginas, houve os “Dzi Croquetes”, grupo de dança formado em 1972, mais um incômodo para a ditadura militar na cruzada “em defesa da moral e dos bons costumes”.

Algumas cidades concentravam essas modificações. São Paulo, na segunda metade dos anos 1970, foi uma delas, causando espanto inclusive aos primeiros recém-chegados do exílio. O escritor e militante João Silvério Trevisan observou surpreso a presença de “travestis prostitutas” nas ruas da capital paulista, geralmente vistas apenas em boates, que por sinal as aceitavam como profissionais. A sua surpresa tinha relação com o que vivenciara no exílio nos Estados Unidos, entre 1973-76. Trevisan (1997) recorda: “Ao contrário, o que eu via no meu regresso ao Brasil era um fenômeno público e coletivo. Delicados ou dragões, maquiados,

perfumados, com bundas e seios imensos, os travestis brasileiros faziam ponto na rua, visando chamar atenção para atrair os clientes”.

Por efeito do movimento de libertação homossexual nos Estados Unidos e na Europa, o termo homossexual, de acepção considerada médica e patológica, aos poucos cedeu espaço para “gay”. No Brasil, o termo “entendido”, usado na pesquisa de Carmem Guimarães citada anteriormente, também foi utilizado para designar aquele que desejasse outra pessoa do mesmo sexo, passando a circular em algumas cidades nos anos 1940 e se popularizando nos anos 1960, em referência a “todos os machos com uma orientação homossexual” (Fry, 1982, p. 105), e se opunha ao conceito “homossexual”, frequente na medicina, e a expressões preconceituosas como “bicha” ou “viado” (Simões; Facchini, 2009).

Entendido e entendida equivaliam ao gay americano da época: pessoas que se relacionavam sexualmente com outras do mesmo sexo. A diferença estava em não aderir a uma performance “bicha” ou “sapatão” (atribuída aos homens efeminados e às mulheres-machos) (Fry; MacRAE, 1985).

Apesar da diversidade de palavras para se referir aos que desejavam pessoas do mesmo sexo, as palavras homossexualidade/homossexualismo parecem ter sido mais frequentes quando reelaboradas na década de 1970, sobretudo em publicações gays. O termo passa a se referir à aceitação social e de si mesmo como homossexual. Nesse sentido, periódicos voltados a esse público procuraram conceituar e compreender a homossexualidade. O jornalista Celso Cury, famoso por escrever a “Coluna do Meio”, instruiu os seus leitores para uma palavra que começava a ser um pouco mais frequente na grande mídia:

A palavra gay e seu significado têm causado controvérsias. Por que intitular alguém que sofre pressões da sociedade e vive às escondidas com medo do que vão dizer a seu respeito quando descobrirem sua situação sexual? A aplicação dessa palavra entre nós, brasileiros, é realmente um tanto irreal; porém, nos Estados Unidos e na Inglaterra, ela tem uma razão de ser. Nos dois países, de uns tempos para cá, a alegria e o orgulho de ser um homossexual é coisa das mais contundentes. Eles se assumiram e foram assumidos pela sociedade, portanto, existe o motivo para tanta alegria [...]. Empregados em grandes empresas, ou exercendo profissões liberais, os americanos e ingleses não mais se envergonham de sua condição. Muito pelo contrário, fazem questão de se declararem homossexuais. E, quando possível, usam broches com frases do tipo: “Glad to be gay” (Feliz de ser gay) ou “Gay is good” (Gay é bom) (Cury, s.d.)³.

³Tive acesso apenas ao recorte de jornal. Por essa razão não consegui acesso às demais referências.

Ao explicar o sentido da palavra gay, usada como sinônimo de homossexual, traçar sua condição de aparecimento, Celso a associa ao assumir-se publicamente homossexual. Isso teria sido possível em países que consideraram a existência dos seus habitantes homossexuais, como se a palavra gay coroa-se um novo momento na história desse desejo, distinto de lugares onde essas pessoas viviam “escondidas com medo do que vão dizer a seu respeito quando descobrirem sua situação sexual”, possivelmente se referindo ao Brasil.

A mudança no modo como ingleses e norte-americanos lidam com a homossexualidade seria possível devido ao movimento homossexual já relativamente atuante nesses países. Neles, homossexuais “não mais se envergonham”, em vez disso, “se declaram homossexuais”. Celso traz essa questão em um momento em que celebridades homossexuais brasileiras eram questionadas sobre o “Gay Power”, maneira como se referiam ao movimento; ele mesmo era um entusiasta do movimento. Ao longo do artigo, somos informados sobre campanhas do movimento gay nos dois países, incluindo a organização de atos públicos, com o slogan *Come out*, “que significa ‘saia’, mas [no contexto] pode ser traduzido como Assuma-se” (Cury, s.d.).

Celso escrevia para o “Última Hora”, veículo da grande imprensa, e a ousadia lhe valeu um processo pela Lei de Imprensa então em vigor. Porém, foi a imprensa nanica que cedeu um espaço mais frequente para discussão de temas ligados ao conceito de homossexualidade, dentre eles saber o porquê se era homossexual. A pergunta mostra uma caça às origens. Já em 1977, o Boletim “Entender”, editado por José Moura, com tiragem inicial de 5 mil exemplares, destinado a homossexuais, produzido e distribuído na cidade de São Paulo, trouxe o artigo “Por que se é homossexual?” (Entender, 1977, p. 5). Nele, explica-se que o homossexual menino “é geralmente o favorito da mãe e recebe dela frequentemente mais atenção do que o próprio pai”. A mãe teria falhado na sua histórica função de rainha de lar e gestora do futuro da nação. Associa-se a homossexualidade masculina à excessiva aproximação com o feminino. Esse artigo mostra o quase vão esforço de parte da imprensa nanica em se desvincular até aquele momento de explicações de cunho médico e psicanalítico. O autor do texto dialoga com as formulações do psicanalista americano Irving Bieber, que em 1962 publicou *Homosexuality: a psychoanalytic study*, resultado de uma pesquisa sobre homossexualidade, ocasionada por perturbações familiares vividas na infância; na obra, categoriza-se o comportamento como desviante. O estudo caiu em descrédito em 1973, quando a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade do quadro de transtornos psiquiátricos.

Em “Por que se é homossexual?”, além de trechos de textos de Bieber, o autor, cujo nome não se sabe, escreveu: “Tradicionalmente a culpa por filhos homossexuais tem sido atribuída quase sempre só às mães, mas os pais também podem ser culpados se negligenciarem suas responsabilidades”. Se havia culpa, as homossexualidades contavam com vítimas e culpados. Certamente, a força dos discursos patologizantes era intensa o bastante para impedir ao autor perceber que estava difundindo um argumento de sentido semelhante.

Ciente da dificuldade de classificação das homossexualidades, o Boletim “Entender” pôs o tema em manchete, conceituando as seguintes categorias: sexualidades; heterossexualismo; bissexualidade; homossexualismo; lesbianismo; travestismo e transexualismo. Explicava-se a necessidade da matéria: “Convém conhecer cada ‘identidade’ da sexualidade, para cada um colocar-se no seu lugar”.

A explicação freudiana para a homossexualidade considera a fixação do menino com a mãe, enquanto a impotência masculina estaria relacionada a traumas na infância. Nessa ótica, questionar-se sobre o que seria e por que se era homossexual implicava olhar para si, para o passado, buscar causas na memória e exteriorizá-las por meio de confissões.

É verdade que, desde 1948, quando Alfred Kinsey, Wardell Pomeroy e Clyde Martin (1975) publicam *Sexual Behavior in the Human Male*⁴, e em 1966 William Masters e Virginia Johnson (1984) lançam *Human Sexual Responses*, há, notadamente, pelo grau de abrangência das pesquisas, divulgação e tradução para outras línguas, uma atenção para o social e o coletivo da sexualidade que elegeria o orgasmo como uma forte preocupação. A caça pelas definições sobre o comportamento sexual do sujeito contou com investimentos acadêmicos notórios. Sociedades de sexologia se formaram, lançaram suas revistas acadêmicas, organizaram congressos, a exemplo do primeiro Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Paris, em 1975. Bancas de revistas em vários países do Ocidente recebem cada vez mais publicações sobre o tema (Carol, 2013).

Portanto, não mais a sexologia do século XIX, preocupada com os casos de “desvio”, nem da primeira metade do século XX, interessada na correção, o eixo passava a ser a intimidade, o conhecimento de como viviam e se conceituavam as sexualidades.

Conhecer-se em uma identidade sexual constituiu uma preocupação nomeadamente a partir de meados do século XX, no Ocidente. Desafio duplo para as sexualidades disparatadas

⁴A obra saiu com nova edição em 1975.

(Foucault, 2005), ou seja, consideradas erradas, abomináveis, fora da norma, visto que, nos anos 1970, para existir socialmente, era preciso elaborar formas de serem reconhecidas e respeitadas no espaço público. O objetivo seria alcançado quando se conhecesse em efetivo o que se era e, com isso, qual identidade lhe cabia.

Na matéria do Boletim “Entender”, o homossexualismo seria uma atração por pessoas do mesmo sexo. Somava-se, contudo, uma observação: só seria homossexual quem sentisse o desejo frequentemente. Poucas experiências não apontariam para o homossexualismo, pois eram ocasiões “de necessidade, como os acontecidos em prisões etc.” (Entender, 1977, p. 3)⁵. Guardam-se algumas semelhanças com o modelo do bofe, comum na década anterior, em que homens que penetravam suas bichas não eram considerados homossexuais, por não exercerem um papel considerado feminino. Homens que se relacionassem eventualmente com outros não cabiam nessa identidade.

Nos anos 1970, em meio a essa trama, surgiu um novo conceito de homossexualidade imprescindível na revelação para si de quem se é. Em março de 1979, ocorreu, em São Paulo, a mesa-redonda “Homossexualidade e repressão”, focada no movimento homossexual, formada por membros de um grupo de militância homossexual surgido em São Paulo no ano anterior, o “Somos” (Grupo de Afirmação Homossexual). Os debatedores optaram por utilizar apenas o primeiro nome, temendo identificações e reações por parte de familiares ou colegas de trabalho.

Inicialmente, Flávio Aguiar (1979, p. 133) solicitou “Colocando a questão: primeiro a identidade e a conceituação de homossexual”. Emanuel, Glauco, Alfredo, Jorge e Marisa – com ínfima participação – expuseram suas opiniões, que se aproximam no sentido de que o homossexual não pode ser reconhecido por meio dos estereótipos da sociedade, porque “não haveria uma condição anatômica particular que o definisse”.

Na ocasião, o conceito de homossexualidade se elabora na mesa com destaque para a importância da identificação e da exposição da identidade homossexual:

Emanuel – Você levantou um outro aspecto da invisibilidade. [...]. A nossa questão é como um indivíduo chega a se descobrir como homossexual e é pressionado para assumir um estereótipo.

Glauco – Eu diria que ele se torna sempre invisível no momento em que ele não se enquadra nos estereótipos: isso, geralmente, não acontece com a maioria dos homossexuais, principalmente se ele tem uma posição social que o obrigue a se enrustir.

Flávio – Eu vejo uma ligação entre os dois lados da questão; esse lado da invisibilidade enquanto grupo e o aspecto da formação pessoal. As pessoas

⁵As diversas formas de sexualidade.

reprimem um lado homossexual de sua sexualidade; parece que até agora temos um grande número que tem necessidade de reprimir esse lado da sua formação. Agora, para mim, a questão é que isto é acompanhado do fato de que esse movimento de autorrepressão, que parece necessário para a economia interna das pessoas eleitas “bodes expiatórios” da homossexualidade: aqueles que se declaram como tais [...].

Jorge – Acho que a única coisa que poderia evitar o trauma da identidade inicial e que leva a pessoa a ficar “enrustida” seria a institucionalização da homossexualidade; que levasse o indivíduo a se identificar, sentir um reforço e não se sentir como anormal, como desvio, enfim, como ser único dentro de um contexto. Só que, institucionalizar a condição homossexual dentro do sistema implica em ir contra todos os valores da sociedade capitalista burguesa que é a constituição da família, o consumo, filhos, herança... (sic) (Aguilar, 1979, p. 133).

O conceito de homossexualidade abrangia o seu sentido com os verbos: declarar, assumir, descobrir, enrustir, invisibilizar. Na elaboração desse conceito, portanto, não bastava dizer o que é; passava a ser oportuno mostrar os jogos linguísticos que permitiam a inscrição discursiva da identidade, sem os quais não há identificação por parte dos indivíduos.

Vale notar que tais associações são montadas por representantes do, então, mais conhecido grupo do movimento homossexual brasileiro. As opiniões dos seus participantes oportunamente veiculadas levam em consideração o lugar ocupado frente a uma organização militante. De todo modo, o que dizem prolifera, ganha estatuto de conselho em um momento de elaboração do conceito de homossexualidade por parte dos próprios homossexuais.

Esses fatores, termos associados, lugar de fala, espaço de produção do discurso colaboram para o estabelecimento de sentidos para o desejo homossexual, que evocaria a necessidade de se reconhecer e se “descobrir” participe dessa identidade. Quando os homossexuais explicam o que se compreendia por homossexualidade, o fazem recorrendo a uma tradução cultural para uma prática corporal, com determinados investimentos, atribuindo sentidos diferenciados na batalha discursiva que passavam a travar em prol do seu desejo como, o orgulho de ser homossexual, bandeira defendida pelo Grupo Gay da Bahia já no seu surgimento, em fevereiro de 1980, em Salvador.

À medida que o conceito de homossexualidade se consolidava como focado na associação com a sua visibilidade, delineou-se um movimento de crítica aqueles que, mesmo se identificando como homossexuais, não o manifestavam publicamente. Foi quando se cunhou o termo “enrustido” que, para Glauco, surge quando “Ele fica hesitando entre o estereótipo da bicha pintada ou desmunhecada como chamam, e o fato de assumir a heterossexualidade que

ele não tem”. A bicha pintada seria um homossexual com trejeitos considerados femininos e o diagnóstico do enrustido se dava porque “se ele não for heterossexual, não se apresentar como heterossexual e não assumir o estereótipo da bicha pintosa, ele vai ter que se enrustir, vai se tornar invisível, é o que acontece com a grande (sic) maioria das pessoas”.

Nessa arena, era preciso saber o que seria a homossexualidade, para daí saber quem são os homossexuais. Como vimos, o termo homossexual já circulava no Brasil, mas como se percebe nas fontes consultadas, poucas pessoas o conheciam. Em um Dicionário Sexual que circulou em 1981, havia a seguinte definição para “homossexualidade ou homossexualismo”, conforme a fonte, usados como sinônimos:

Alguns pesquisadores afirmam que não há homossexualidade, mas, sim, o comportamento homossexual ou o homossexualismo. De qualquer forma, expressa a atração sexual por pessoas do mesmo sexo [...] Muitas designações, algumas pejorativas e preconceituosas, têm sido dadas ao homossexual, através dos séculos, tais como “maricas”, “efeminado”, “viado”, “bicha”, “boneca”, “pederasta” etc. Ultimamente, o termo da moda, com o qual se procura suavizar esse preconceito, é “gay” – palavra norte-americana vinda do inglês e que significa “alegre” [...]. Têm sido frustradas todas as tentativas de dar uma base física às causas do homossexualismo. Já em 1900, Freud dizia que todo ser humano é bissexual. Kinsey afirmou que ninguém nasce hétero ou homossexual; essa preferência é desenvolvida na primeira infância e define-se praticamente após a passagem da fase do complexo de Édipo, aos 5 anos de idade. É bastante difícil estabelecer um critério para definir as causas do homossexualismo, e essa preocupação não é científica: para os sexologistas, trata-se de uma opção após a luta travada na fase edipiana, quando o menino assume a imagem da mãe e a menina a do pai. Mesmo essa situação não pode ser considerada como única no fato que conduz uma pessoa a uma situação que muitas vezes rejeita, intimamente. Há longo período de luta interna para a autoaceitação do homossexual, seja ele masculino ou feminino, ativo ou passivo, ou indiferente, aceitando as duas posições. É um universo muito vasto, com inúmeros fatores e origens (Fock, 1981, p. 40-41).

Embora a função de um dicionário seja explicar e significar sentidos de palavras, não devia ser fácil compreender a associação com o complexo de Édipo. Para romper com o monopólio médico de explicação das homossexualidades, o texto recorre à psicanálise, atribuindo destaque ao relatório Kinsey. Ainda que explicitamente se recuse a pensar em causas das homossexualidades, cai na cilada por mostrar a ligação com a “fase edipiana”.

Reinhart Koselleck escreveu a respeito da polarização entre uma sociedade e seus conceitos, estes permitindo a existência daquela, dotando-a de significados, conferindo-lhe inteligibilidade. As suas formulações se dão no âmbito de uma história dos conceitos, de uma exegese do texto que possibilite compreender seus sentidos, suas alterações, continuidades,

disputas. O historiador considera esse método oportuno, a fim de “saber a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica” (Koselleck, 2006, p. 101). As suas provocações apontam, em breves palavras, em compreender como conceitos mudam em épocas distintas.

Conceitos se prendem a palavras, mas se fundamentam na polissemia, em uma multiplicidade de sentidos. Uma palavra pode se tornar conceito; o contrário não é possível porque “uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido”, ressaltam os escritos de Koselleck (2006, p. 109). O conceito servia para enlaçar leitores com um termo que se popularizava e tentava se desvincular dos estereótipos de outrora – o que, nitidamente, criava espaços de identificação. Aprendia-se ali que as designações mais comuns, “viado” e “bicha” especialmente, eram preconceituosas e, ao mesmo tempo, ofereciam uma possibilidade que ganhava espaço de seriedade ao constar em um dicionário sobre o tema: homossexual.

Longe de meramente informar, a definição forma e elabora uma percepção minimamente sedutora aos homossexuais “masculino ou feminino, ativo ou passivo, ou indiferente, aceitando as duas posições”. Ainda que a explicação psicanalítica possa ser de difícil compreensão, a palavra homossexual funciona como um canal de identificação, um elo leitor-dicionário-conceito.

Relevante considerar, na definição, a presença da palavra comportamento, ou seja, uma maneira de ser e atuar socialmente. Ainda que haja uma notável distinção da ideia de comportamento desviante outrora predominante, no verbete, o substantivo parece ser estático. Soma-se que a palavra está grafada como “homossexualidade ou homossexualismo” e cabem duas observações. Primeiro, a palavra homossexualidade precede a homossexualismo, ainda que o termo “ou” as tornem equivalentes. Segundo, o sufixo -dade, gramaticalmente, substantiva um adjetivo, mas, também, agrega uma ideia de estado, de circunstância. Além disso, o sufixo -ismo designaria o aspecto patológico que as publicações homossexuais em circulação a partir de 1978 buscavam romper, com destaque para o “Lampião da Esquina”, a mais famosa delas, que circulou entre 1978 e 1981, distribuída em todo o país.

A penúltima frase coroa um dos investimentos compartilhados entre as publicações homoeróticas, a função da definição do dicionário – tomar para si: “Há longo período de luta

interna para a autoaceitação do homossexual, seja ele masculino ou feminino, ativo ou passivo, ou indiferente, aceitando as duas posições”. Para ser homossexual era necessário não somente significar a prática, mas também aceitá-la e, enfim, torná-la pública. Ao jogar uma rede para pescar os homossexuais de uma ficção criada por aquelas páginas e colocá-los em uma categoria, esses discursos contribuíam aparentemente para acolhê-los.

Esse propósito se intensifica em outro verbete até então pouco comum a um dicionário que se vende como sexual. Trata-se do termo identidade, explicado e fundamentado em uma abordagem psicanalítica. Além de conhecê-la – o que não deveria ser simples porque, provavelmente, muitos leitores passavam a entrar em contato com esses conceitos pela primeira vez a partir de tais publicações –, era necessário expô-la e assumi-la. No caso de dúvidas, o relatório Kinsey seria de grande ajuda, porque se saberia dizer exatamente em qual das categorias o sujeito se encontra. Observe: “É muito importante a descoberta da real identidade psicosexual e o fato de assumi-la sem constrangimentos, seja qual for o grau de preferência (veja Kinsey). A descoberta da real identidade sexual tem sido a grande tarefa confiada à Psicanálise e aos estudos de Psicoterapia” (Fock, 1981, p. 44).

Uma personagem decisiva na história das sexualidades brasileiras foi a editora Grafipar. Quando lançada, em fins da década de 1960, parecia focar em títulos acadêmicos. O eixo, porém, se modificou, passando a incorporar revistas, inclusive publicações sobre sexualidades femininas e masculinas. Um carro-chefe da editora eram histórias em quadrinhos (HQs), os gibis eróticos. A primeira delas chamava-se Eros, lançando mão de crítica social e costumes. No número seis, Eros precisou mudar de nome porque uma editora paulista havia cunhado o registro anteriormente. Passou a ser conhecida por Quadrinhos Eróticos. O nome parece ter sido atrativo, e, como resultado, as vendas aumentaram chegando a 30 mil exemplares, o que se confirma na periodicidade quinzenal.

No mundo criado pela Grafipar, apimentado de revistas de cunho erótico e sexual, a ideia de um dicionário viria bem a calhar e é indício de uma tentativa de dar às pessoas um conhecimento de si ancorado na sexualidade. Pelo menos é o que Nelson Faria, que publicava na editora sob o pseudônimo de Nina Fock, registra na breve apresentação, ao pontuar que milhares de cartas recebidas na editora solicitam orientação sexual. Portanto, “a edição deste Dicionário Sexual atende a milhares de pedidos, satisfazendo assim a crescente sede de informação. Esperamos que esta obra atinja o seu objetivo, o de contribuir para maior esclarecimento sobre a terminologia usada pela Sexologia” (Fock, 1981, p. 44).

A emergência de periódicos especializados em tratar das homossexualidades que invadiram bancas de revistas, coletâneas de contos publicados sobre a temática, chegando às prateleiras de livrarias, trabalhos acadêmicos abordando culturalmente a questão, todos estes preocupados em colocar e instituir um outro saber a respeito da classificação da homossexualidade, com função decisiva no conhecimento e na aceitação de si, colaborou para um conceito de homossexualidade relacionado a práticas sociais e culturais, muito embora ainda fosse percebida como congênita, de modo a livrar-se da “culpa” de tê-la.

Na vida daqueles indivíduos, o conceito aparece como altar, espaço de culto, de adoração, de silêncio, de entrega, de identificação, de dúvidas. Foi o conceito, no modo como se gestava e se lutava por ele no momento, que permitiu aos indivíduos cessar a busca por definições, cessar a vã tentativa de verbalizar uma prática com um termo que muitos desconheciam. O que antes existia dispersamente dentro de si ganhava um sentido ordenado, organizado pelo conceito. As pesquisas estatísticas foram bem-vindas porque, como um carimbo de autenticação, escancaravam uma realidade incontestável: havia pessoas que se relacionavam sexualmente com outras do mesmo sexo, nomeadas homossexuais.

As tentativas de reinvenção desse conceito sinalizam uma modificação na forma como se percebiam as relações entre pessoas do mesmo sexo. O conceito une elementos, associa camadas distantes. Não faltaram, é claro, indivíduos que se percebiam em traços que indicavam homossexualidades. Mas isso já são outras histórias.

Referências

AGUIAR, Flávio. Homossexualidade e repressão. In: MANTEGA, Guido (Org.). *Sexo e poder*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

CAROL, Anne. A virilidade diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade 3: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, Rogério da Silva Martins da Costa. *Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob*. 2010. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

CURY, Celso. Orgulho de ser alegre. Coluna do Meio. *Última Hora*, São Paulo, [s.n.], [s.d.].

DABHOIWALA, Faramerz. *As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual*. São Paulo: Globo, 2013.

ENTENDER. Por que se é homossexual? São Paulo, n. 1, p. 5, 24 jul. 1977.

FERLA, Luís Antônio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. 2005. 379f. (Tese) Doutorado em Ciências – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FOCK, Nina. *Dicionário sexual*. Curitiba: Grafipar, 1981.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção história da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EdUNESP, 2000.

GUIMARÃES, Carmem Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HUNTY, Rita von. Rita em 5 minutos: LGBTQIA+. *Tempero Drag*, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EREoc40JBr8&v1=pt>. Acesso em: 30 mar. 2025.

KINSEY, Alfred C.; POMEROY, Wardell B.; MARTIN, Clyde E. *Sexual Behavior in the Human Male*. Bloomington: Indiana University Press, 1975.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; EdPUC, 2006.

LIMA, Délcio Monteiro de. *Os homoeróticos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LIMA, Délcio Monteiro. *Comportamento sexual do brasileiro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LUCHETTA, Evelyn; BISPO, Geovanna. Dia do orgulho LGBTQIA+: “data é para protesto e visibilidade”, diz Ariadne Ribeiro, da Un aids. *Jornal de Brasília*, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/brasil/dia-do-orgulho-lgbtqia-data-e-para-protesto-e-visibilidade-diz-ariadne-ribeiro-da-un-aids/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MASTERS, William; JOHNSON, Virginia. *A resposta sexual humana*. São Paulo: Roca, 1984.

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual: um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. Rio de Janeiro: Booklink; NECVU/IFICS/UFRJ; Le Metro, 2007,

NEVES-MANTA, Inaldo de Lyra. Prefácio. In: DOURADO, Luiz Angelo. *Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; HERSCHMANN, Micael M. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 88-129.

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1906.

REVISTA ISTOÉ. O poder homossexual. São Paulo, 1977. In: GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

REVISTA MANCHETE. Uma pesquisa Manchete/Ibope, no Rio e em São Paulo, e uma pergunta: Homossexualismo? *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1231, 22 nov. 1975.

REVISTA VEJA. Um gay power à brasileira. São Paulo, n. 468, abril 1977. In: GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

SILVA, Jackson Ronie Sá da. “*Homossexuais são...*” revisitando livros de medicina, psicologia e educação a partir da perspectiva queer. 2012. Doutorado (Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOLIVA, Thiago Barcelos. *A confraria gay: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK*. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TREVISAN, João Silvério. O espetáculo do desejo: homossexualidade e crise do masculino. In: CALDAS, Dario. *Homens: comportamento, sexualidade, mudança*. São Paulo: SENAC, 1997.